

SETEMBRO 2025

jornal



Federação Nacional da Educação



ÍNDICE

fne

3

EDITORIAL

44 - 46

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

4 - 40

AÇÃO SINDICAL

47 - 54

INTERNACIONAL

41 - 43

TEM A PALAVRA

55

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | SETEMBRO 2025

Proprietário

Federação Nacional da Educação

Diretor

Pedro Barreiros

Produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado

Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro

Mário Jorge

Redação

Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação

Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SZN

SPZC



SPP

SDPA



SPCL

STAE

STAE

STAE

FILIAÇÃO



UGT



CPPLP-SE

AR



EDITORIAL



O futuro começa nos professores

Dentro de poucos dias celebra-se, em todo o mundo, o Dia Mundial do Professor. A data de 5 de outubro aproxima-se e, com ela, a oportunidade de sublinhar uma verdade essencial: nenhuma sociedade pode sonhar com progresso se não colocar a educação no centro das suas prioridades.

A Escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia. Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

O Dia Mundial do Professor deve, por isso, ser entendido como um alerta. Não basta reconhecer o seu esforço e dedicação: é urgente transformar esse reconhecimento em medidas concretas. É fundamental dar continuidade ao acordo celebrado entre a FNE e o MECI, que permitiu a recuperação do tempo de serviço congelado, avançando agora com novos passos que garantam a valorização da carreira docente, condições de trabalho dignas e estabilidade profissional. Só assim será possível recuperar plenamente a confiança na profissão, motivar os professores e atrair jovens para a docência.

A responsabilidade de responder a este desafio é de todos nós. Ninguém se deve desresponsabilizar, nem deixar de fazer tudo o que está ao seu alcance para ajudar a resolver os diversos problemas que afetam a educação que queremos ver cada vez melhor.

No próximo 5 de outubro, não podemos limitar-nos a palavras de circunstância. Será o momento de afirmar, com clareza, que valorizar os professores é garantir o futuro do nosso país. Será o momento de transformar a gratidão em ação e de assumir a educação como o investimento mais seguro que Portugal pode fazer.

A FNE reafirma este compromisso e continuará a lutar para que o nosso país respeite os seus professores e acredite, verdadeiramente, no poder transformador da educação.

Porque um país que valoriza os seus professores é um país que acredita no futuro.



Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



FNE ouviu esclarecimentos da tutela sobre reforma do MECI

Após o envio de um ofício ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Professor Doutor Fernando Alexandre, a solicitar a marcação urgente de uma reunião para esclarecimento detalhado sobre a reforma orgânica recentemente aprovada em Conselho de Ministros e anunciada publicamente pelo Governo, a FNE foi recebida pelo MECI a 5 de agosto.

Neste encontro o Governo revelou a criação de uma comissão internacional para avaliar a implementação da reforma do Ministério: "Fomos informados, da parte do Senhor Ministro, que vai ser criada uma comissão internacional para avaliar estas transformações", disse Pedro Barreiros, dizendo ainda que o organismo será composto por especialistas para acompanhar a implementação da nova orgânica.

Atualmente com 18 entidades e 27 dirigentes superiores entre os serviços do sistema educativo não superior e do ensino superior, ciência e inovação, o MECI passará a contar com apenas sete entidades e 27 dirigentes superiores, com a integração das entidades extintas em novas entidades.

O sistema educativo não superior vai sofrer a maior redução. Das atuais oito entidades setoriais, que incluem três direções-gerais, passarão a existir duas grandes agências: o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação e a Agência para a Gestão do Sistema Educativo.

A FNE revelou ter recebido vários contactos de docentes preocupados, em particular, com o futuro dos concursos, uma vez que uma das entidades extintas será a Direção-Geral da Administração Escolar.

De acordo com Pedro Barreiros, a equipa ministerial assegurou que os concursos, que passarão a ser responsabilidade da Agência para a Gestão do Sistema Educativo, não vão sofrer alterações e continuarão a assentar em listas graduadas nacionais.

O Secretário-Geral da FNE disse ainda que algumas das alterações terão efeitos já a partir de 01 de setembro, sem precisar, e que “a grande maioria dos responsáveis diretos” vão manter-se em funções.

Sobre a transferência de competências para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), Pedro Barreiros referiu que a nova figura de um Vice-Presidente para a Educação, responsável por acompanhar a execução, a nível regional, das políticas nacionais, vai “reportar diretamente ao Ministro”.

“As CCDR terão apenas e só a capacidade de emitir pareceres, ou seja, não têm capacidade decisória, fazem o acompanhamento e fazem a emissão de pareceres, principalmente em aspetos

como a rede escolar”, acrescentou, reconhecendo que estes organismo “conhecem o contexto e as necessidades”.

Questionado sobre as expectativas da FNE quanto ao impacto da nova orgânica, o dirigente sindical sublinha que se o objetivo do executivo for cumprido, com melhorias nas aprendizagens dos alunos e nas condições de trabalho dos profissionais, “não custará dar os parabéns”.

A esse propósito, reconhece que a atual dimensão do Ministério da Educação resulta, muitas vezes, em excesso de burocracia e informações contraditórias por parte dos serviços, dificuldades que espera ver atenuadas.

“Também traz uma grande responsabilidade, porque a partir do momento em que estas reformas entrem em vigor, (...) isto responsabilizará exclusivamente a atual equipa ministerial”, alertou, por outro lado.

FNE/LUSA

FNE e MECI reuniram sobre apoios a docentes deslocados

FNE e MECI reuniram na tarde de 5 de agosto para continuação do processo negocial sobre a revisão dos DL 51/2024 e 57-A/2024 (Plano +aulas +sucesso 2.0).

Quanto às medidas para responder à falta de professores, que já tinham sido apresentadas às organizações sindicais há duas semanas e voltaram hoje a ser discutidas depois de enviados os contributos dos sindicatos, os representantes dos professores insistiram que são medidas insuficientes: “São medidas transitórias, são apoios, são suplementos e estas questões resolvem-se com medidas concretas e definitivas”, defendeu o Vice Secretário-Geral da FNE, Manuel Teodósio, remetendo para o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), que deverá ser iniciado em finais de setembro.

Manuel Teodósio, Vice Secretário-Geral da FNE, fez o balanço deste encontro.





Acordo FSUGT/FNE e UMP permite aumentos (janeiro 2025) e compromissos para o futuro

A Frente Sindical da UGT (FSUGT) - na qual a FNE está integrada - terminou com um acordo o processo negocial com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) sobre a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com retroativos a janeiro de 2025.

Esta foi uma negociação longa, da qual se destaca como fatores mais positivos, o aumento global dos salários dos trabalhadores na ordem dos 5%, a valorização da remuneração complementar de 6,5% para aqueles trabalhadores que exercem funções de direção e/ou de coordenação técnica ou pedagógica e o subsídio de refeição com um aumento na ordem dos 8,5%.

Estes são os principais pontos positivos alcançados com este acordo que contam com retroativos a 1 janeiro de 2025.

Contudo, o acordo contempla igualmente um conjunto de compromissos que a FNE considera imprescindível que sejam objeto de negociação efetiva com a União das Misericórdias Portuguesas. Entre estes compromissos destacam-se a valorização remuneratória e o desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores das áreas não educativas; o reconhecimento da qualificação dos profissionais com formação superior, nomeadamente ao nível de licenciatura e mestrado; e a dignificação do trabalho prestado ao domingo e em dias feriados.

Este acordo vai certamente promover a valorização e cada vez mais progressiva melhoria dos salários dos trabalhadores, assim como, uma contínua melhoria das condições de trabalho de todos os trabalhadores deste setor da economia social.

A FNE, no âmbito da sua participação na FSUGT, reafirma o seu empenho na luta pela negociação de um contrato coletivo de trabalho que abranja todo o setor da economia social. Este é um objetivo que a FNE considera prioritário e cuja concretização a curto/médio prazo é essencial para garantir a valorização do trabalho desenvolvido no setor e a dignificação das condições laborais dos seus profissionais.



**POR CARREIRAS
DIGNIFICADAS
E ATRATIVAS**
PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



FNE ALERTA PARA NECESSIDADE DE CORRIGIR ERROS NA MOBILIDADE DOCENTE

Erros na mobilidade docente levaram FNE a alertar para a necessidade de correções

A FNE alertou em comunicado divulgado a 21 de agosto para o facto de ter vindo a receber diversos pedidos de apoio de docentes que reportaram erros no preenchimento das candidaturas à Mobilidade Interna. Estes lapsos, que em muitos casos decorrem também de limitações do próprio sistema/plataforma concursal, não podem, segundo a FNE, em circunstância alguma, resultar em penalizações para os professores.

A FNE apelou então, por isso, à adoção imediata de soluções administrativas que permitam a correção célere e transparente destes erros, acompanhadas de orientações claras a todas as escolas e serviços, garantindo que nenhum docente fica prejudicado por situações facilmente comprováveis.

Até que exista uma decisão definitiva, a FNE defende a aplicação de medidas de mitigação, como a manutenção do Quadro

de Zona Pedagógica (QZP) correto ou a autorização excecional para apresentação provisória numa escola próxima da residência do docente. Só assim se poderão evitar impactos desnecessários de ordem familiar e financeira.

A FNE recordou que num contexto de grave escassez de professores e perante a urgência da preparação e organização do ano letivo 2025/2026, esta situação assume especial relevância, podendo comprometer a estabilidade e o normal funcionamento das escolas no início de setembro.

A FNE reafirmou também que, em articulação com os seus sindicatos, continuará a acompanhar de perto esta problemática, defendendo soluções que assegurem justiça e estabilidade para os docentes e que garantam as condições necessárias à abertura do próximo ano escolar.

Reunião sobre DL sobre Concurso Externo Extraordinário: “É necessário um controlo eficaz das habilitações científicas”

Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, fez o resumo aos meios de comunicação social da reunião de negociação com o MECI, a 27 agosto, sobre o DL sobre Concurso Externo Extraordinário de Seleção e Recrutamento de Pessoal Docente.

As cerca de 1.800 vagas estão concentradas em 10 QZP's, sendo a maioria - cerca de 1.100 - em escolas em Lisboa, 20% na região de Setúbal e as restantes em escolas do Alentejo e do Algarve.

Manuel Teodósio, criticou a forma como a tutela preparou a reunião negocial “que acabou por ser mais uma reunião informal” e alertou também para o facto de o concurso extraordinário não garantir o preenchimento de todas as vagas.

A FNE voltou ainda a defender a necessidade de um “controlo eficaz das habilitações científicas” uma vez que este concurso permite contratar quem tem habilitações próprias, ou seja sem habilitações pedagógicas.

“Cientificamente são pessoas qualificadas, mas falta a parte pedagógica. Se já os temos no sistema então temos de os profissionalizar”, defendeu Manuel Teodósio.



FNE saúda **vinculação de técnicos especializados**, mas exige solução definitiva para a precariedade

TRABALHADORES DE APOIO
Educativo

STAE STAE STAE



FNE saudou **vinculação de 1.406 técnicos especializados**

A FNE acolheu com satisfação o anúncio, feito através de comunicado no dia 13 de agosto de 2025, pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), relativo à vinculação de 1.406 Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF), 830 psicólogos e 576 de outras áreas de apoio, aos quadros das escolas.

Esta decisão, que representa um avanço significativo e corresponde a uma reivindicação de longa data da FNE e dos seus três sindicatos filiados de Trabalhadores de Apoio Educativo (STAAEs), surge após mais de uma década de denúncias sobre a precariedade que afeta estes profissionais e de insistência na urgência da sua integração estável no sistema educativo.

A FNE tem alertado, de forma sistemática, para a necessidade de resolver esta situação, através de múltiplos comunicados, reuniões e ofícios enviados ao MECI, nos quais reiterou as suas preocupações e questionou as condições de trabalho e o futuro destes técnicos especializados, cuja instabilidade gerava um profundo mal-estar nas escolas.

A Federação sempre defendeu que estes profissionais, como psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais, técnicos de informática e outros, desempenham funções essenciais para o sucesso escolar, a inclusão e o bem-estar dos alunos, pelo que a sua estabilidade e condições de trabalho são imprescindíveis.

A medida agora anunciada, cuja concretização já havia sido garantida pelo MECI à FNE por ocasião do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, assinalado a 23 de novembro de 2024, em Vila Real, permitirá que todos os agrupamentos e escolas não agrupadas contem, pelo menos, com um psicólogo nos seus quadros, reforçando ainda as equipas técnicas com outros perfis especializados. Trata-se de um contributo relevante para a construção de uma escola mais inclusiva, justa e promotora da igualdade de oportunidades.

Contudo, a FNE sublinha que, apesar da importância desta decisão, o problema não fica plenamente resolvido, uma vez que muitos técnicos especializados continuam a exercer funções com contratos a termo, sujeitos a renovações sucessivas, carreiras pouco atrativas e à incerteza laboral.

Por isso, a FNE considera essencial que o MECI inicie, de imediato, um processo negocial com vista à definição de um plano plurianual de vinculação, que assegure a estabilidade e a valorização que o trabalho destes profissionais exige e merece.

A continuidade destes técnicos nas escolas é fundamental para garantir respostas educativas de qualidade, acompanhamento especializado aos alunos e a concretização de políticas públicas que promovam o sucesso escolar, a inclusão e a equidade.

A FNE reafirmou a sua total disponibilidade para, no âmbito desse processo negocial, apresentar propostas que reforcem e estabilizem as equipas multidisciplinares das escolas, valorizando o papel imprescindível destes profissionais no funcionamento do sistema educativo e no apoio às comunidades escolares em todo o país.

Este resultado é mais um exemplo do trabalho consistente e determinado que a FNE tem vindo a desenvolver em defesa exclusiva dos trabalhadores que representa. Passo a passo, continuaremos a subir degraus, encontrando soluções e contribuindo para a resolução de problemas que se arrastam há demasiado tempo. Este é o sindicalismo que praticamos: um sindicalismo de resultados, sempre ao lado dos trabalhadores e comprometido com a construção de um futuro profissional mais justo e digno para todos.



FNE QUER AVALIAÇÃO DOCENTE JUSTA E VALORIZADORA

ATUAL MODELO DE ADD TEM SIDO GERADOR DE
PROFUNDA CONFLITUALIDADE NAS ESCOLAS



A FNE alertou em comunicado enviado aos meios de comunicação, a 29 de agosto, para a necessidade de a avaliação ser docente ser mais justa e valorizadora.

"Na sequência das declarações proferidas pelo Ministro da Educação, segundo as quais "o Estatuto da Carreira Docente (ECD) será revisto, sendo prosseguidas as negociações a partir do final do mês de setembro de 2025", não tendo, para já, sido avançado mais do que a intenção de celebração de um novo protocolo negocial, à semelhança do assinado em novembro de 2024, foi igualmente assumida a revisão do diploma da Avaliação de Desempenho

Docente (ADD), prevendo-se a sua entrada em vigor em 2027, data que coincidirá com a conclusão da recuperação do tempo de serviço congelado, resultante do acordo estabelecido entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o MECI.

Relativamente à ADD, a FNE defende que esta deve integrar a revisão global do ECD e assumir-se como um verdadeiro instrumento de valorização, desenvolvimento e reconhecimento profissional, eliminando a perceção de bloqueio e penalização que o atual modelo continua a gerar.

A avaliação de desempenho deve ser um elemento do desenvolvimento profissional, constituindo um processo através do qual os docentes atinjam níveis cada vez mais elevados de competência profissional e expandam a compreensão de si próprios, do seu papel, do contexto em que exercem as suas atividades e da respetiva carreira. A avaliação de desempenho deve ser justa, rigorosa e privilegiar a componente pedagógica do trabalho de cada docente, rejeitando-se assim perspectivas que a transformem num mecanismo meramente punitivo ou que constitua um mero exercício burocrático-administrativo sem outras consequências que não sejam meramente economicistas.

Para conseguir estes objetivos, impõe-se que se reflita e se determine com clareza quem avalia, o que avalia, com que competência, parâmetros, instrumentos, finalidades e com que consequências avalia.

É uma evidência que o atual modelo de avaliação tem sido gerador de profunda conflitualidade nas Escolas, sendo um obstáculo ao trabalho cooperativo e colaborativo.

Nesse sentido, é essencial que:

a) Se altere o processo de avaliação de desempenho, tornando-o justo, transparente e sem constrangimentos administrativos;

b) Os mecanismos de avaliação de docentes sejam estabelecidos com a garantia da sua participação na conceção e na determinação das normas a adotar para a sua operacionalização;

c) "As avaliações de docentes devem ser formativas, de valorização do desenvolvimento pessoal e direcionadas para a identificação e superação das suas necessidades profissionais, em vez de serem instrumentos administrativos de condicionamento do ritmo da sua progressão em carreira", dizia o documento enviado pela FNE, aguardando resposta da parte da tutela.

Abertura do ano letivo - FNE assinalou a data com várias iniciativas

No dia em que se assinalou a Abertura do Ano Letivo 2025-2026, 11 de setembro, a FNE promoveu um conjunto de iniciativas a marcar o momento.

A primeira delas foi a divulgação de mensagens em vídeo dos seus dirigentes, relativas aos desejos para este novo ano escolar.

A FNE lembrou no lançamento deste novo ano escolar que é urgente valorizar a profissão docente em todas as suas dimensões: melhorar salários, reposicionar os docentes no escalão a que têm direito, rever o modelo de avaliação, garantir estabilidade profissional, assegurar condições de trabalho dignas e motivadoras.

Paralelamente, é indispensável repensar a formação inicial e contínua, tornando-as mais atrativas e ajustadas às necessidades do sistema educativo e de cada um dos docentes.





MENSAGEM PARA O NOVO ANO LETIVO

“CHEGOU O MOMENTO DE TRANSFORMAR COMPROMISSOS EM REALIDADE”



Pedro Barreiros | Secretário-Geral da FNE

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, deixou ainda uma mensagem a todos os trabalhadores da educação neste início de ano letivo, reforçando ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação que "Queremos ação coerente com as palavras. (...) Chegou o momento de transformar compromissos em realidade".

QUEREMOS AÇÃO COERENTE COM AS PALAVRAS

Pedro Barreiros | Secretário-Geral da FNE

Cara(o) colega,

No momento em que escrevo esta mensagem, continuam a aguardar resposta alguns ofícios enviados pela FNE ao Senhor Ministro da Educação e algumas das reivindicações apresentadas, tais como a calendarização para o início da revisão efetiva e justa do Estatuto da Carreira Docente e a criação de um Estatuto para os Trabalhadores de Apoio Educativo, que reconheça e valorize o papel insubstituível que desempenham nas nossas escolas.

O Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação tem reiterado publicamente a importância de valorizar Professores e Educadores, sublinhando que não há qualidade na Educação sem condições de trabalho dignas para quem nela exerce a sua missão e prometendo "libertar os professores da carga burocrática que os exauria e afasta da sua nobre missão", que a "profissão de Professor foi desvalorizada ao longo das últimas décadas" e que para "dar aos professores a importância que merecem, temos de tornar a carreira mais atrativa". A FNE subscreve integralmente estas palavras. Porém, como temos repetido, os discursos não bastam. É necessário que se traduzam em medidas concretas, consequentes e justas.

Não é com propostas avulsas, com atrasos nos processos negociais ou com soluções limitadas e temporárias que se dignifica a profissão docente ou se valoriza o trabalho dos restantes profissionais da Educação. Não é com mecanismos de avaliação penalizadores, nem com a manutenção de bloqueios na progressão e injustiças acumuladas, como o problema das ultrapassagens na carreira e os índices remuneratórios desajustados, que se garante a atratividade, a motivação e a renovação dos profissionais da Educação.

A FNE reconheceu ao MECI, desde o início da legislatura anterior, a disponibilidade para o diálogo e concedeu ao Governo o tempo necessário para apresentar soluções. Mas o tempo de espera não pode ser indefinido. Chegou o momento de transformar compromissos em realidade: corrigir as injustiças nas carreiras, reduzir a burocracia que sufoca as escolas, reforçar as condições de trabalho, atrair e reter jovens para a profissão docente, garantir dignidade e salários adequados a todos os trabalhadores da Educação.

Queremos negociar com seriedade, com rigor e com verdadeiro sentido de futuro. Exigimos processos negociais com partilha atempada de informação e documentos de suporte, e onde exista uma real disponibilidade para acolher e debater propostas e contrapostas. Foi assim que conseguimos chegar a acordo em matérias importantes como a recuperação do tempo de serviço e a Mobilidade por Doença, pelo que não aceitaremos indefinições, sucessivos adiamentos ou negociações meramente formais para cumprir obrigações legais.

O país não pode continuar a viver com falta de professores, precariedade entre os técnicos especializados e ausência de reconhecimento dos trabalhadores de apoio educativo.

A FNE reafirma: **é tempo de passar das palavras aos atos**. Só assim será possível garantir a qualidade da Escola Pública, assegurar igualdade de oportunidades para todos os alunos e valorizar quem, todos os dias, constrói o futuro do país.

No início deste ano escolar, desejo a todos os colegas os maiores sucessos pessoais e profissionais. Que o vosso trabalho seja reconhecido e valorizado, pelo contributo insubstituível que dão à construção do futuro.

Um excelente ano letivo para todos!

Porto, 1 de setembro de 2025

Com amizade e estima,

Pedro Barreiros
Secretário-Geral da FNE

Também a 11 de setembro e englobada na abertura do ano letivo, Pedro Barreiros, SG da FNE, marcou presença na Escola Básica Ferreira de Castro em Algueirão-Mem Martins, para a sessão solene organizada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação a assinalar a data.

Este evento contou com a participação do Ministro Fernando Alexandre, assim como do Presidente da Assembleia da República, Aguiar Branco.





FNE alertou MECI para urgência na resolução da situação dos Técnicos Especializados

A FNE reuniu na manhã de 24 de setembro de 2025, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) para analisar dois temas centrais: a situação dos Técnicos Especializados (TEOF), em particular os problemas que têm vindo a ser reportados pelos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE), e outras matérias que afetam diretamente a Escola Pública.

Relativamente aos Técnicos Especializados, e na sequência de uma nota informativa divulgada pelo MECI, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, sublinhou que “causou estranheza à FNE o facto de os dados apresentados pelo Ministério não coincidirem com as necessidades reais das escolas nem com os procedimentos que têm orientado as renovações de contratos destes trabalhadores.

Muitos estão há 13, 14 ou mais anos em sucessivos contratos, em situação de enorme precariedade, fruto da responsabilidade sucessiva de vários Governos que deixaram esta realidade arrastar-se.”

Após o Governo ter autorizado em agosto a renovação de 1.406 contratos de técnicos especializados, entre os quais 830 psicólogos, o MECI informou a FNE que será em breve aberto um concurso de vinculação para estes profissionais. Este procedimento permitirá aumentar significativamente o número de psicólogos nas escolas, passando o rácio médio de 1 psicólogo para 1.472 alunos para 1 psicólogo por cada 711 alunos.

Pedro Barreiros lembrou, no entanto, que “a FNE tem assistido a sucessivas promessas do MECI quanto à abertura de concursos de vinculação destes trabalhadores, mas até agora nada foi concretizado. O Ministério já identificou o número de profissionais necessários e para os quais será lançado esse concurso, pelo que é urgente avançar sem mais delongas.”

A FNE alertou ainda para a necessidade de melhorar as condições contratuais e salariais dos técnicos especializados, sob pena de se agravar a dificuldade de fixar profissionais essenciais: “Se nada for feito, arriscamos a somar ao problema da falta de professores a escassez de técnicos especializados, como psicólogos, terapeutas da fala e outros. O Ministério tem de garantir melhores condições salariais, estabilidade e perspetivas de desenvolvimento de carreira”, reforçou o Secretário-Geral, salientando igualmente a urgência de rever a portaria dos rácios.

Outro tema debatido foi a interrupção da contratação de mediadores culturais, deci-

são que a FNE considera incompreensível num sistema educativo cada vez mais diverso e multicultural. “É grave que não tenha sido dada continuidade a esta contratação. Corremos o risco de colocar nas escolas novos trabalhadores sem conhecimento do contexto, da realidade local e dos problemas concretos das crianças e jovens. Milhares de alunos estrangeiros iniciaram este ano letivo sem o apoio fundamental dos mediadores culturais”, alertou Pedro Barreiros.

No encontro, a FNE abordou ainda a questão da recuperação do tempo de serviço, reiterando a necessidade de existir uma comissão de acompanhamento com capacidade para responder às dúvidas que persistem. A Federação entregou em mão um ofício, recordando que já tinha levantado esta questão na quarta reunião da Comissão de Acompanhamento da Aplicação do Decreto Lei n.º 48 B / 2024 (12 de maio de 2025), reforçada posteriormente por ofício enviado a 16 de junho (ref. 109/FNE/2025), sem que até à data tivesse obtido resposta.

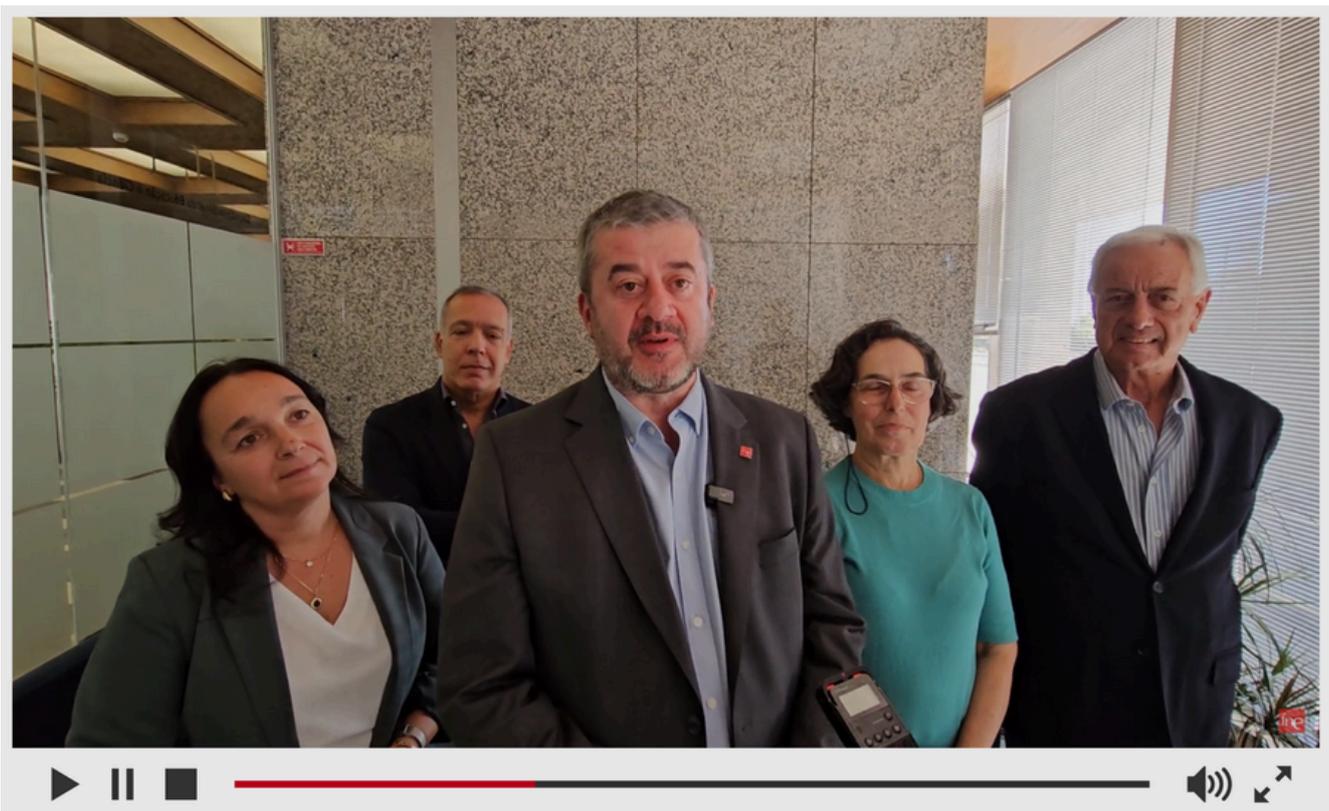




Foto: MECI

FNE e MECI em reunião preparatória sobre o ECD

FNE e MECI encontraram-se na manhã de 29 de setembro numa reunião em que foi transmitida informação relevante sobre o processo de profissionalização em serviço, particularmente no que respeita aos docentes que vincularam no concurso externo extraordinário do ano transato e que possuem apenas habilitação própria.

Segundo o MECI, será divulgado, nos próximos dias (início de outubro), o procedimento que permitirá a estes docentes aceder à profissionalização em serviço.

O Ministério confirmou ainda estar em diálogo com a Universidade Aberta, a qual prevê estabelecer uma parceria com um conjunto de outras Instituições de Ensino Superior, alargando assim a capacidade de resposta para este processo.

Recorde-se que, até ao momento, a Universidade Aberta apenas disponibilizava a profissionalização para docentes com cinco ou mais anos de serviço, mas o Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de agosto, prevê a possibilidade de acesso a qualquer docente provisoriamente vinculado.

Neste contexto, o MECI assegurou que o processo de profissionalização em serviço dos docentes vinculados no último concurso se encontra em fase adiantada de concretização.

A falta de técnicos que garantam o apoio educativo dos alunos, como psicólogos ou terapeutas da fala, foi outro dos problemas em que a tutela disse na reunião estar a trabalhar, tendo já feito "um trabalho avançado" para que estes profissionais passem a ter um vínculo laboral estável, explicou Pedro Barreiros.

Já sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente, motivo pelo qual foi marcada a reunião preparativa de 29 de setembro, a FNE disse à Lusa que a tutela prometeu "acolher opiniões de todas as organizações sindicais para harmonizar as propostas".

O MECI quer começar as negociações em breve, para que o novo estatuto entre em vigor no ano letivo de 2027/2028, mas os sindicatos dizem que "há matérias que eram para ontem, como a valorização salarial" e o que está em causa "não é custo, mas sim investimento" disse Pedro Barreiros, defendendo ainda que "não basta valorizar apenas os índices do início de carreira".

FNE/Lusa



Pedro Barreiros debateu na RTP3 as condições de abertura do ano letivo

A fechar o dia que marcou o início do ano letivo 2025-2026, Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, participou no debate promovido pela RTP3 num 'Especial Informação' dedicado ao arranque do novo ano escolar.

Começa um novo ano letivo em Portugal e com ele regressam desafios expectativas e também as tensões em torno da escola pública. Há alertas sobre a falta de professores em várias escolas sobretudo em Lisboa, Setúbal e Algarve.

Foram vários os temas abordados desde a falta de professores, às questões relativas com os apoios a deslocações, mediadores culturais e desejos para o ano que agora começa.



[Consulte AQUI a versão completa](#)



COMEÇA MAL

O ANO LETIVO NO ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO (EPE)

A rede de cursos do Ensino Português no Estrangeiro, tutelado pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, respeitante ao ano letivo de 2025/26 foi publicada no passado dia 21 de agosto, cerca de 10 dias mais tarde que a data habitual.

Apesar de o número de cursos publicado em Diário da República se ter mantido estável face ao ano letivo anterior, registando-se apenas um aumento de dois horários no Reino Unido, há países cuja situação continua a suscitar preocupação. É o caso da Suíça, que perde um horário relativamente ao ano passado e apresenta ainda quatro horários incompletos.

Trata-se de um país onde o número de alunos e professores continua a diminuir de forma acentuada desde 2015, ano em que, após a exigência da propina em 2013, que levou à perda de mais de 15 mil alunos portugueses, o número de alunos estabilizou.

Em 2015 havia na Suíça 9.500 alunos para 83 professores. Em 2025/26 haverá apenas 61 professores para um número de alunos que ronda os 7 mil, embora tenha havido a informação de entrada de um número apreciável de novas inscrições após o fim oficial do prazo, a 31 de maio, certamente resultantes da recuperação após 12 anos

de luta do direito dos alunos do Reino Unido, Suíça e Alemanha a ensino gratuito, pondo fim à incrível injustiça de um pagamento exigido apenas em três países, mas de cuja receita os restantes oito também usufruíam.

Porém a publicação de uma rede horária pouco informa quanto à situação do ensino e às condições de trabalho existentes, sendo omissa quanto à existência de cursos a distância, sobre os quais subsiste um forte secretismo, não se sabendo onde funcionam, quantos alunos abrange e se realmente esse tipo de ensino é adequado ou se, pelo contrário, desencoraja os alunos da frequência, devido à falta de contacto pessoal com o professor e com os colegas em sala de aula.

A omissão também se regista relativamente aos critérios para distribuição dos cursos aos docentes, pois dado não ser seguido nem o princípio da antiguidade, nem o da atribuição de cursos mais próximos à residência do professor e muito menos aquele da continuidade pedagógica, resta apenas o tratamento preferencial de que algumas coordenadoras de ensino fazem

uso, sem que a tutela reponha a justiça apesar das queixas de vários docentes.

Quanto à qualidade de ensino não se esperam melhorias devido à ordem emitida pela tutela para redução de número de grupos letivos, o que irá obrigar a uma ainda maior heterogeneidade, apesar de grupos com alunos de 1º a 5º ou 6º ano de escolaridade lecionados conjuntamente já fizessem parte da normalidade no sistema.

Mas o maior sinal de desvalorização do EPE está nas condições salariais dos seus docentes, que permanecem estagnadas desde 2009. Durante mais de 15 anos não houve qualquer atualização remuneratória, o que, num contexto de inflação e de custo de vida crescente em muitos países de acolhimento, representa uma perda real e contínua de poder de compra. Esta situação não só compromete a dignidade profissional dos professores, como simboliza a falta de investimento estrutural num sistema que deveria ser central para a política educativa e cultural de Portugal junto das comunidades.

Simpli**care**

A voz contra a burocracia.

Plataforma dedicada à recolha e sistematização de propostas para simplificar e **desburocratizar o trabalho docente** nas escolas.

Participe **AQUI**



SIMPLICARE.PT

A plataforma que é a voz contra a burocracia

Lançado a 26 de setembro e já associado às comemorações do Dia Mundial do Professor 2025, a FNE lançou a plataforma online simplicare.pt dedicada à recolha e sistematização de propostas para simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas.

Criada em parceria com a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), esta plataforma tem como objetivo inicial ouvir Docentes, Diretores e Coordenadores, construindo propostas sustentáveis e eficazes que valorizem o tempo de todos os profissionais e permitam concentrar esforços no essencial da missão educativa.

A questão da excessiva burocracia tem sido apontada nas Consultas Nacionais que a FNE realiza desde 2021 junto dos docentes, como um dos maiores problemas que têm de enfrentar e que mais os preocupam. O excesso de trabalho burocrático é dito por muitos como algo que acaba por limitar e distrair os professores para o que é essencial, que é estar a ensinar os seus alunos.

E por isso a FNE defende que "é preciso desburocratizar para ensinar" avançando com propostas para a redução da carga administrativa; da utilização de uma tecnologia útil e simplificada; de uma organização sem labirintos e de um reforço na confiança e autonomia dos docentes.

O inquérito online, disponibilizado nesta plataforma, visa então perceber os caminhos para a simplificação e redução da burocracia no Sistema Educativo e tem como objetivo recolher a perceção dos professores sobre os processos burocráticos que afetam o funcionamento das escolas e agrupamentos de escolas em Portugal.

Com os resultados pretende-se identificar procedimentos que possam ser simplificados, reorganizados ou eliminados, contribuindo para uma gestão mais eficiente e menos burocrática.

A sua participação é anónima e os dados recolhidos destinam-se apenas a fins de diagnóstico e melhoria.

Os resultados finais serão posteriormente divulgados e apresentados publicamente.

Aceda a www.simplicare.pt e participe no questionário.

Simplicare

Participe AQUI



SDPSUL debateu Educação com candidatos autárquicos a Évora

O SDPSUL reuniu na primeira semana de setembro de 2025, com candidatos à Câmara Municipal de Évora para debater o tema da Educação.

Ouidas as respetivas propostas do PSD, PS e CDU, foram também apresentadas as do SDPSUL/FNE com alertas para diversas situações, entre as quais:

- Os problemas da Rede Escolar;
- AEC's e a necessária coordenação com o professor do 1º ciclo;
- Ação Social Escolar; Residenciais para alunos e professores;
- A falta de Pessoal de Apoio Educativo.

Esta foi uma iniciativa conjunta entre o SDPSUL e o STAAE Sul RA que apresentou também aos candidatos o Roteiro dos Trabalhadores de Apoio Educativo para as Autárquicas.



5 Outubro 2025



Dia Mundial do Professor
Juntos pelos professores
Juntos pelo amanhã



Dia Mundial do Professor 2025 marcado por diversas iniciativas

No âmbito da comemoração do Dia Mundial do Professor, este ano sob o tema "Juntos pelos Professores, juntos pelo amanhã", definido pela Internacional da Educação (IE), a FNE pretende também reforçar a mensagem de que a escola é o espaço onde se concretiza a igualdade de oportunidades e onde se abre caminho para um futuro de maior justiça social, inovação e democracia. Porém, este caminho não existe sem os professores e os trabalhadores da educação. São eles a força que sustenta a escola, a voz que guia os alunos e o exemplo que transforma vidas.

O Dia Mundial do Professor deve, por isso, servir de alerta.

Não basta reconhecer o esforço ou a dedicação destes profissionais. É urgente transformar esse reconhecimento em medidas concretas. É necessário garantir a valorização da carreira docente, condições de trabalho dignas e estabilidade profissional que permitam recuperar, por completo, a confiança na profissão e atrair jovens para a carreira docente.

O Dia Mundial do Professor é mais uma oportunidade também para lembrar o Governo de que cortar no orçamento para a educação não é o caminho adequado. É necessário, pelo contrário, investimento do Governo para se alcançar uma educação de qualidade.

A FNE, juntamente com os seus sindicatos, vai comemorar o Dia Mundial do Professor, realizando as seguintes ações:

- **O hasteamento da bandeira "Obrigado Professor" em escolas de norte a sul e ilhas, entre os dias 1 e 6 de outubro;**
- **Lançamento de portal online www.simplicare.pt dedicado à recolha e sistematização de propostas para simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas.**
- **Workshop online "Ensino com Assistente Inteligente - Um apoio mágico para ensinar" no dia 3 de outubro, entre as 17h30 e as 20h30;**
- **Encontro Pedagógico 2025 - "O futuro da Educação e o papel das emoções", no dia 4 de outubro, 9h30, no Auditório SPZN, na cidade do Porto;**
- **Faixa "Professores Valorizados - Futuro Garantido" colocada por dirigentes do SDPGL em escolas dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal até 6 de Outubro.**

Estas serão, para já, algumas das principais iniciativas que a FNE e os seus sindicatos irão levar a cabo nas celebrações do Dia Mundial do Professor de 2025. Acompanhe no site oficial e redes sociais da FNE a lista final de iniciativas.

A FNE não vai desistir de procurar construir um futuro melhor e que valorize os docentes.

E será junto com os professores que o iremos fazer.

É imperioso valorizar as carreiras, como base para essa educação de qualidade que todos pretendemos alcançar, assim como para garantir os direitos e condições dos trabalhadores da educação e investir em elevados níveis de formação inicial e contínua. Essa valorização deve incluir a determinação de condições de trabalho em segurança nas escolas, incluir limites ao tempo de trabalho que é exigido aos professores, regular o desenvolvimento das carreiras, reconhecer o trabalho que é desenvolvido com empenho, incluir o direito a uma aposentação digna, à estabilidade e segurança na profissão.

Por tudo isto e muito mais, o Dia Mundial do Professor é um dia que marca o reforço na busca pela valorização da vida profissional dos docentes portugueses, pois só com educadores, professores, formadores e investigadores prestigiados, valorizados e reconhecidos é que se estará a promover uma escola melhor, de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

O Dia Mundial do Professor celebra-se anualmente no dia 5 de outubro. Foi em 1994 que foi decidida pela UNESCO, juntamente com a Internacional da Educação, a celebração do Dia Mundial do Professor. Esta data foi escolhida para reconhecer a importância da declaração da OIT e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes, concretizada em 5 de outubro de 1966.



www.fne.pt



AFIE

LIMPEZA DE PRAIA

ILHA DE SANTA MARIA, AÇORES (MAIA)
20 DE SETEMBRO - 9H00

EDUCAÇÃO PARA O

Ambiente

2025





FNE/SDPA em ação de limpeza costeira nos Açores

A ilha de Santa Maria, na Baía da Maia, nos Açores, recebeu a 20 de setembro de 2025, uma ação de limpeza costeira no âmbito da iniciativa #EUBeachCleanup / Dia Internacional da Limpeza Costeira e na qual participaram a FNE – Federação Nacional da Educação, a AFJET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho e o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA).

Os voluntários da FNE/SDPA contribuíram para a recolha de vários kilos de lixo, na zona da Maia, numa iniciativa que demonstra que o papel do sindicalismo não se pode limitar a negociar e debater alterações laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais (docentes e PAE/não docentes) na defesa do ambiente e na sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

O evento, no qual a FNE e AFJET participam desde 2022, é organizado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, em conjunto com a Fundação Oceano Azul e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, e insere-se numa iniciativa mais vasta de ações de limpeza, que decorrem entre os dias 20 setembro e 28 de setembro de 2025.

A campanha #EUBeachCleanup, promovida pela União Europeia, pretende mobilizar os cidadãos para uma maior consciência ambiental e para a alteração de comportamentos, com especial alerta para a emergência climática e para a necessidade de uma maior proteção dos oceanos.



“Em duas palavras” - Ação sindical da FNE

Já com o foco nas celebrações do Dia Mundial do Professor (5 de outubro), a FNE lançou a campanha “Em duas palavras”.

Com esta iniciativa, que está a promover nas escolas de todo o país, incluindo as Regiões Autónomas, a FNE pretende chamar a atenção da opinião pública para os principais problemas que continuam a afetar o sistema educativo e os trabalhadores da educação, no arranque de mais um ano letivo marcado pela repetição das mesmas dificuldades e problemas.

No que respeita aos docentes, há mais de duas décadas que a FNE alerta para os riscos de uma profissão desvalorizada, marcada pela estagnação salarial, pela ausência de perspetivas de carreira e pela falta de atratividade para os mais jovens. Quem quer bons professores tem de os remunerar de forma justa. Não há qualidade na educação sem valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter professores exige respeito, e esse respeito mede-se também pelo salário.

Os países que valorizam os seus docentes são aqueles que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam a profissão docente.

Quanto aos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)/Não Docentes, a FNE defende igualmente um reforço claro do compromisso político e a implementação de medidas concretas que traduzam a sua verdadeira valorização.

Estes profissionais sentem-se frequentemente invisíveis aos olhos dos sucessivos governos, que não os reconhecem nem valorizam. Reafirmamos: não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair novos profissionais, motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas indispensáveis e reter aqueles que, mesmo em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

A campanha “Em duas palavras” irá prolongar-se ao longo de todo o primeiro período letivo, destacando semanalmente as reivindicações centrais da FNE:

- Salários dignos
- Carreiras justas
- Menos burocracia
- Mais professores
- Mais educação
- Indisciplina zero

A FNE relembra, através desta ação, que ninguém se deve desresponsabilizar nem deixar de fazer tudo o que está ao seu alcance para resolver os problemas que continuam a afetar a educação. Uma educação de qualidade exige compromisso de todos.

EM DUAS PALAVRAS:

SALÁRIOS DIGNOS.

Quem quer qualidade, valoriza quem ensina!

**PROFESSORES
VALORIZADOS,
FUTURO GARANTIDO.**

Quem quer bons professores tem de os pagar devidamente. Não há qualidade na educação sem a valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter professores exige respeito e esse respeito mede-se também pelo salário. Os países que valorizam os seus docentes são os que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam a profissão docente.



www.fne.pt



SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DE ZONA COSTEIRA



SDP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES



MANIFESTO

Em duas palavras: Salários Dignos

A Educação é o pilar de qualquer sociedade democrática e justa. Sem professores não há escola, não há futuro. Contudo, em Portugal, os docentes continuam a não ser valorizados como merecem e como se justifica, sujeitos a carreiras longas e exigentes, com remunerações muito aquém da responsabilidade, da importância social e das qualificações que lhes são exigidas. Esta situação não dignifica a centralidade do seu papel.

A FNE afirma com clareza: quem quer qualidade, valoriza quem ensina. Valorizar os professores é investir no futuro do país. Não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair jovens para a profissão, de motivar os que hoje enfrentam sobrecarga e desgaste, e de reter no sistema os que ainda acreditam na missão de ensinar.

Os países que respeitam os seus professores são os que melhor preparam as novas gerações para os desafios do futuro. Em Portugal, é urgente romper com a lógica de pagar salários que não correspondem à exigência e responsabilidade da profissão docente.

Reivindicamos:

- **Salários dignos e justos**, que reflitam a importância social da profissão docente.
- **Carreiras valorizadas**, que reconheçam o esforço, a dedicação e a competência dos professores.
- **Condições de trabalho humanas e motivadoras**, que permitam que cada professor exerça a sua profissão com qualidade e dignidade.

Sem professores valorizados, o futuro está em risco.
Com professores respeitados, motivados e reconhecidos, o futuro está garantido.

A FNE reafirma o seu compromisso de lutar, com firmeza e determinação, para que a sociedade portuguesa e os responsáveis políticos compreendam esta verdade simples e inquestionável, que se resume em duas palavras: salários dignos.

Só com Professores valorizados, o futuro ficará garantido.

EM DUAS PALAVRAS:

SALÁRIOS DIGNOS.

Quem quer qualidade, valoriza quem trabalha!

**TRABALHADORES
VALORIZADOS,**

FUTURO GARANTIDO.

Quem quer bons Trabalhadores de Apoio Educativo tem de os remunerar **devidamente**. Não há qualidade na educação sem a valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter estes profissionais da educação exige respeito e esse respeito mede-se também pelo salário. Os países que valorizam a educação são os que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não dignificam os profissionais da Educação.



www.fne.pt



MANIFESTO

Em duas palavras: Salários Dignos

A Educação é o pilar de qualquer sociedade democrática e justa. Sem Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) não há escolas a funcionar e não há qualidade no processo educativo. Contudo estes profissionais continuam a não ser valorizados como merecem, sujeitos a vínculos precários, carreiras desajustadas e remunerações que não refletem a exigência e a responsabilidade das funções que desempenham diariamente.

A FNE afirma com clareza: quem quer qualidade, valoriza quem trabalha. Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo é investir na dignidade da escola pública, no sucesso e bem-estar dos alunos. Não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair profissionais, de motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas essenciais e de reter aqueles que, muitas vezes em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

Os países que respeitam todos os profissionais da educação são os que melhor preparam as novas gerações para os desafios do futuro. Em Portugal, é urgente romper com a lógica de pagar salários que não dignificam o trabalho de quem garante o bom funcionamento das escolas e apoia professores, alunos e famílias.

Reivindicamos:

- **Salários dignos e justos**, que reflitam a importância social e educativa dos trabalhadores de apoio.
- **Carreiras valorizadas e estáveis**, que reconheçam a dedicação, o esforço e a diversidade das funções desempenhadas.
- **Condições de trabalho humanas e motivadoras**, que permitam que estes profissionais exerçam a sua atividade com qualidade e respeito.

Sem trabalhadores valorizados, o futuro da escola pública está em risco.

Com trabalhadores respeitados, reconhecidos e dignificados, o futuro está garantido. A FNE reafirma o seu compromisso de lutar, com firmeza e determinação, para que a sociedade portuguesa e os responsáveis políticos compreendam esta verdade simples e inquestionável, que se resume em duas palavras: salários dignos.

Só com Trabalhadores valorizados, o futuro ficará garantido.



www.fne.pt



EM DUAS PALAVRAS:

CARREIRA JUSTA.

Estabilidade que valoriza e motiva.

**UMA CARREIRA QUE
VALORIZA OS
PROFESSORES**

GARANTE O FUTURO.

A FNE exige uma carreira docente estável, justa e atrativa, capaz de motivar quem já está no sistema e de atrair os jovens para a profissão. A valorização da carreira é essencial para combater a escassez de professores e para assegurar uma escola pública de qualidade, com profissionais reconhecidos e valorizados.



www.fne.pt



SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SDP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES



MANIFESTO

Em duas palavras: **Carreira Justa**

Carreira Justa, Futuro Garantido A Federação Nacional da Educação (FNE) reafirma com determinação a sua exigência de uma carreira docente estável, justa e atrativa, como condição essencial para garantir qualidade na Educação e futuro para o país.

Uma carreira que valorize e respeite os professores é a única forma de reter os profissionais experientes, motivar os que hoje enfrentam sobrecarga e desgaste, e atrair os jovens para a profissão docente.

A precariedade, a estagnação e a desvalorização que marcam o percurso profissional dos docentes não podem continuar, pelo que a FNE e os seus sindicatos defendem:

- Um **modelo de progressão transparente e justo**, que reconheça todo o tempo de serviço e elimine bloqueios artificiais na carreira.
- Uma **estrutura salarial digna**, capaz de motivar e valorizar os professores em todas as fases da sua vida profissional.
- A **redução da instabilidade e da precariedade**, com a vinculação efetiva de todos os docentes que asseguram necessidades permanentes do sistema.
- O **respeito pela profissão docente** como pilar da escola pública, condição indispensável à coesão social e ao desenvolvimento do país.

Uma carreira que valoriza os professores é uma carreira que garante o futuro. Portugal precisa de respostas urgentes e estruturais para que cada escola tenha os profissionais necessários e cada aluno tenha acesso a uma Educação de qualidade.

A FNE exige que o Governo assuma este compromisso e abra, sem demora, um processo negocial sério, transparente e consequente, que dê resposta à justiça reclamada há demasiado tempo pelos professores e educadores.

Carreira Justa significa futuro garantido para a Escola Pública.



DEFENDER A EDUCAÇÃO

É CONSTRUIR O FUTURO!





Repensar o modelo de gestão das escolas, devolvendo capacidade de decisão aos professores

Como professor de História que sou, tenho uma certa tendência para analisar as questões numa perspetiva temporal, o que pode ser vantajoso, quer na perceção dos problemas, quer na identificação das linhas de evolução e de mudança, que têm sempre as suas causas e os seus contextos.

De facto, se olharmos para trás, podemos dizer que houve um tempo, que se estendeu desde a instauração da democracia até sensivelmente à primeira década do nosso século, em que a vivência democrática no interior das escolas e os níveis de participação dos professores nos processos de decisão interna era bem superior àquele que temos hoje. Os professores não só eram chamados a escolher, por via de eleição direta, os Conselhos Diretivos/Executivos, que enformavam uma gestão de cariz colegial, como tinham uma superior capacidade de representação nos vários órgãos, nomeadamente no Conselho Pedagógico, havendo ainda que considerar que era conferida, a cada uma das estruturas, a possibilidade de escolherem livremente os seus representantes.

Como acontece com todos os modelos de governação, podemos dizer que esse modo de funcionamento (que foi, aliás, sofrendo ajustamentos), tinha as suas limitações, mas apresentava também inegáveis vantagens. O facto de os docentes saberem que não eram um apêndice acessório da engrenagem e de terem a consciência de que a sua voz era ouvida, sabendo que lhes era concedida a possibilidade de assumirem um papel ativo na definição de muitos aspetos da vivência e do rumo que a sua escola deveria seguir, constituía-se, naturalmente, como um fator promotor da participação e do envolvimento nos processos. Trata-se de uma capacidade que, tendo em atenção a natureza aberta e diversa das escolas, não era de somenos importância, e que, tanto quanto julgamos, não terá sido indiferente para a superação dos muitos e difíceis desafios com os quais a escola pública se confrontou nesse período.

Um tempo, que – vale a pena dizê-lo – foi o tempo da consolidação da democracia, da estabilização do sistema educativo, consubstanciada na aprovação da Lei de Bases, da efetivação da escolaridade obrigatória e da eliminação quase total de indicadores que nos envergonhavam, enquanto país, como era o caso das elevadas taxas de abandono e de absentismo, que, entre outras medidas, desencadearam uma luta exemplar contra o trabalho infantil.

Como sabemos, a partir de 2008 assistiu-se à implementação de um novo modelo de gestão, que vigora até hoje, que mudou significativamente o paradigma existente, passando a estrutura e a orgânica das Escolas/Agrupamentos a ter como vértice a figura do Diretor, um cargo de natureza unipessoal, ao qual foram adscritos amplos poderes.

Apesar das suas potenciais vantagens e mais-valias, nomeadamente no que diz respeito à abertura e representatividade a entidades e organismos das comunidades educativas, o atual modelo apresenta evidentes limitações, entre as quais, talvez as mais significativas sejam as que dizem respeito à redução dos níveis de participação e de capacidade de decisão dos docentes na vivência e na orientação das escolas.

Desde logo, na escolha do diretor, já que a eleição se faz, agora, de forma indireta por via dos Conselhos Gerais, onde múltiplos interesses exteriores à escola se digladiam, mas também na redução da participação dos docentes nos diversos órgãos, importando realçar que o modelo em causa confere ao diretor uma forte centralidade na escolha dos que ocupam os cargos e na indicação dos (poucos) representantes que integram esse órgão central que é o Conselho Pedagógico.

Este modelo de pendor hierarquizante, assente em princípios de eficiência e eficácia, em parte decalcados de conceções de governação exteriores às escolas, acabou inevitavelmente por remeter a generalidade dos docentes a um papel pouco relevante nos processos mais globais de decisão da vida das instituições e do rumo que as mesmas devem seguir. Um exemplo paradigmático desta menorização da comunidade escolar é a gradual (e inexorável) perda de relevância dos próprios Projetos Educativos. Documentos-chave, pautados por princípios de abertura e democraticidade, que refletem a visão e as opções estratégicas dos docentes e da comunidade educativa, que fizeram um longo percurso no anterior modelo, mas que hoje se encontram claramente secundarizados face ao Projeto de Intervenção do Diretor.

Em termos genéricos, talvez possamos dizer que o modelo que vigora desde 2008, imposto ao arrepio de uma tradição de vivência democrática da escola, conduziu ao afastamento do grosso dos docentes dos principais processos de decisão. Essa nova orientação comportou elevados custos para a dinâmica das instituições, acabando por contribuir para o alheamento e desmobilização de muitos professores, bem como para a redução dos seus níveis de satisfação e de bem-estar, o que não favorece a adesão aos desafios.

Num momento em que pairam ameaças várias sobre os alicerces da escola pública é urgente repensar o modelo de gestão, no sentido de criar soluções que permitam devolver aos professores a capacidade de decisão nos múltiplos aspetos da vida das escolas, neles se incluindo, naturalmente, a faculdade de escolherem de forma direta aqueles que os dirigem e que os representam nos diversos órgãos. Sem implicar diretamente os professores nestes processos, torna-se difícil elevar os níveis de participação e de mobilização em torno da consecução dos objetivos comuns.

Note-se, ainda, que uma escola viva, democrática e dialogante é, certamente, aquela que melhor permite tirar partido da enorme massa crítica existente no seu interior, que decorre dos elevados e crescentes níveis de formação do corpo docente.

Também a este nível, o modelo vigente é redutor, assentando em conceções economicistas que tornam conveniente olhar para os professores como funcionários, a quem cumpre seguir as orientações, e não como profissionais altamente qualificados e especializados aos mais diversos níveis. Num quadro de falta estrutural de professores, em que se torna urgente atrair os melhores, todos concordamos que importa dignificar a profissão. Uma das melhores formas de o fazer é a assunção de que o docente é um trabalhador intelectual, que pela sua formação e competências, pode e deve ter capacidade de decisão nas várias dimensões em que exerce a sua atividade.

Joaquim Bastos Serra

Subdiretor do Agrupamento de Escolas Severim de Faria (Évora)

Membro da Direção do SDP Sul



A razão do Roteiro dos Trabalhadores de Apoio Educativo nas eleições Autárquicas de 12 outubro 2025

O STAAE Zona Centro, à semelhança dos outros STAAEs, tem mantido reuniões com os candidatos às autarquias da zona centro do país, área da nossa intervenção, com a intenção de passar a mensagem do Roteiro criado pelo Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, documento político-sindical que, para além do conteúdo da mensagem, tem uma magnífica imagem gráfica, também da responsabilidade do SG da FNE, o que vem facilitar a entrega da nossa mensagem aos nossos futuros autarcas.

A razão desta mensagem aos autarcas justifica-se porque os trabalhadores não docentes, com exceção dos técnicos superiores, onde se encaixam os psicólogos e os técnicos especializados da educação, foram por imposição legal integrados nos mapas de pessoal das autarquias, via DL 21/2019 de 30/01/2019.

Foi esta municipalização dos não docentes que veio alterar todas as estratégias de negociação coletiva para estes trabalhadores, onde o único interlocutor válido era o Ministério da Educação e agora temos a Associação Nacional de Municípios e as respetivas autarquias, o que trouxe um acréscimo de reuniões com todas estas entidades empregadoras e aquela Associação, onde as autarquias estão integradas.

Abstraindo de toda esta transferência dos trabalhadores da educação para as autarquias, o Ministério da Educação ainda continua a ter uma função importante na gestão destes trabalhadores, nomeadamente na gestão do número de trabalhadores mínimos nas escolas, o reconhecimento da valorização das suas carreiras, a formação profissional inicial e contínua..., razão porque os STAAEs terão de continuar a negociar com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), porque este Ministério continua a tutelar a Educação e a efetuar mensalmente a transferência de verbas do Orçamento do Estado para as autarquias, para pagar a retribuição a estes trabalhadores municipalizados, tendo portanto uma palavra importante em todo este processo.

Eis a razão porque este **Roteiro para a Valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo** foi efetuado. Para os STAAEs pessoalmente explicarem aos futuros autarcas as vantagens de trabalhadores com mais formação, com situações de trabalho mais digno, melhores condições da sua carreira e assim termos uma escola de excelência e com trabalhadores mais motivados e realizados nos seus postos de trabalho.

Vamos então aguardar o resultado das eleições autárquicas no próximo dia 12 de outubro de 2025, e qual o efeito que este trabalho da FNE e dos seus três STAAEs junto dos candidatos das autarquias irá produzir, no futuro relacionamento que o MECI irá ter com a Associação Nacional de Municípios e respetivas autarquias de Portugal, na gestão de uma das áreas mais importantes deste país: a Educação.

João Ramalho
Presidente do STAAEZCENTRO

FNE/STAAE's apresentaram "Roteiro para Autárquicas" a candidatos de todo o país

A apresentação do "Roteiro para as Autárquicas" a candidatos autárquicos de norte a sul do país, prosseguiu ao longo do mês através dos três sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) / Não Docentes da FNE.

O STAEZN, o STAAEZC e o STAAESRA têm feito chegar aos candidatos as propostas para encontrar um reforço significativo de compromisso político e medidas mais concretas que traduzam uma verdadeira valorização destes trabalhadores, que afirmam sentir-se invisíveis aos olhos dos sucessivos governos que não os reconhecem nem valorizam.

Através desta iniciativa a FNE/STAAEs pretendem demonstrar junto dos futuros representantes autárquicos, a urgência de reconhecer que estes profissionais não são

um mero complemento do processo educativo, mas sim parte integrante do mesmo.

Trabalham lado a lado com docentes, alunos e famílias, contribuindo ativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o bom funcionamento das instituições de ensino.



Foto: Paulo Vaz Henriques



FNE no lançamento do primeiro Inquérito Europeu a Professores do EFP

O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) lançou, em 25 de setembro de 2025, na sua sede em Salónica, Grécia, o **Inquérito Europeu aos Professores do Ensino Profissional (EVTS)**, o primeiro inquérito exaustivo da UE a 14 000 professores do ensino e formação profissional (EFP) inicial (IVET) de 23 Estados-Membros da União Europeia (UE).

O lançamento do inquérito aconteceu através do IV Fórum de Políticas de *Aprendizagem do Cedefop*, em modo híbrido, dedicado ao setor do ensino profissional e aos seus professores e formadores, que decorreu nos dias 25 e 26 de setembro, naquela cidade do norte da Grécia.

Depois de ter colaborado durante dois anos no estudo de viabilidade do Cedefop (piloto) que antecedeu o EVTS, a FNE (Joaquim Santos) juntou-se presencialmente a Henrik de Moel (secretário-geral do Algemene Onderwijsbond – Aob Education Union, dos países baixos) e a Agnes Roman, coordenadora sénior do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) neste relevante evento.

Em toda a Europa, a escassez de professores de EFP agrava-se, em especial, nas áreas CTEM (ciências, tecnologia, engenharia e matemática) e em línguas estrangeiras, disciplinas essenciais para a transformação digital e ecológica da UE.

Os fatores que contribuem para este processo incluem as percepções de carreira e entrada no ensino: cerca de 67% dos professores de EFP escolheram o ensino como a sua primeira carreira e apenas 18% consideram que a sua profissão é valorizada; remuneração e contratos: os professores de EFP ganham quase 11% menos do que outros trabalhadores com formação superior e são mais suscetíveis aos contratos temporários e à precariedade;

apenas 40% estão satisfeitos com a sua remuneração; nas condições de trabalho são comuns as cargas de trabalho elevadas, as salas de aula sobrelotadas e os ambientes exigentes.

Tendo isto em conta, sem uma ação específica, a Europa corre o risco de ficar atrás em relação aos seus concorrentes mundiais na preparação dos trabalhadores para a economia do futuro.

A importância da gestão

O Inquérito irá recolher informação de cerca de mil professores selecionados aleatoriamente em escolas de EFP inicial (nível 3 da CITE) em 23 países europeus, nomeadamente: Bélgica, Bulgária, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Irlanda, Grécia, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia.

O EVTS visa analisar os desafios críticos no EFP, tais como a eficácia do desenvolvimento profissional dos professores e os obstáculos importantes; os défices de competências no domínio das tecnologias digitais e ecológicas; a gestão inclusiva da sala de aula; ou a satisfação no trabalho e as condições de trabalho e os fatores que influenciam a atratividade da carreira.

Previstas para 2027, as conclusões do inquérito irão fundamentar a criação de políticas nacionais e da UE, promovendo a agenda da União das Competências e a competitividade económica europeia, proporcionando, ao mesmo tempo, dados úteis às escolas participantes para melhorarem os seus programas de desenvolvimento profissional.

A agenda das competências da Europa exige o investimento nos professores de EFP. Ao reforçar o apoio aos professores de EFP e ao seu desenvolvimento profissional contínuo, estamos a reforçar os alicerces do futuro económico europeu.

Áreas focadas no EVTS



Esta iniciativa inovadora, concebida para colmatar gaps de conhecimento cruciais sobre os professores do EFP em toda a Europa, centrar-se-á nas lacunas de competências dos professores, nas necessidades de desenvolvimento profissional e nas condições de trabalho gerais nas escolas de EFP inicial (IVET).

Porquê agora?

O EVTS visa fornecer aos decisores políticos dados sólidos e comparáveis que possam melhorar o desenvolvimento profissional dos professores do ensino e formação profissionais iniciais e prepará-los melhor para os grandes desafios socioeconómicos, tais como a transição para a IA, as alterações climáticas e a necessidade de reduzir a exclusão social entre os estudantes.

Ao fazê-lo, o inquérito apoiará diretamente os objetivos globais da UE de formar um corpo docente de alta qualidade, capaz de preparar os alunos para transições inclusivas, digitais e ecológicas. Em última análise, os resultados contribuirão para combater a escassez persistente de professores e tornar o ensino profissional uma profissão mais atrativa em toda a Europa.

O EVTS irá recolher informações de aproximadamente 14 000 professores selecionados aleatoriamente, tanto de disciplinas profissionais como de ensino geral, em escolas de EFP inicial (nível 3 da ISCED).




CEDEFOP
 50 YEARS
 SHAPING LEARNING AND SKILLS FOR EUROPE

Fourth Policy learning forum
Launching the European Vocational Teacher Survey (EVTS)
 #VETTeachersTrainers #VETtoolkit #EVTS

25-26 September 2025
 Hybrid event



Panel discussion: Reflections on EVTS from students, teachers and VET providers
 Moderator: **Konstantinos Pouliakas**, *Cedefop expert, EVTS co-project manager*

 João Santos <i>Executive Director, FNE – Federação Nacional de Educação, Portugal</i>	 Henrik de Moel <i>General Secretary, Algemene Onderwijsbond (Aobeducation union), the Netherlands</i>	 Theodor Grassos <i>Secretary General, European Association of Institutes for Vocational Training (EVBB)</i>	 Ívar Máni Hrannarsson <i>Board member, OBESSU</i>	 Giovanni Crisonà <i>Skillman President</i>
--	--	--	--	---



Os professores participantes do IVET irão preencher um questionário online de 30 minutos, aprofundando áreas críticas, incluindo:

- **Crescimento profissional:** como os professores aprimoram as suas competências e se desenvolvem profissionalmente;
- **Lacunas nas competências dos professores do EFP inicial:** com especial enfoque nas novas tecnologias digitais e verdes e nas suas capacidades de gestão de ambientes de aprendizagem inclusivos;
- **Impacto do desenvolvimento profissional contínuo (DPC):** a eficácia de várias atividades de desenvolvimento profissional na atualização das competências dos professores;
- **Realidades do local de trabalho:** satisfação profissional, condições de trabalho e atratividade geral da profissão de professor do EFP;
- **Fatores impulsionadores e barreiras que influenciam a participação no Desenvolvimento Profissional Contínuo;**
- **Garantir a qualidade e a confiança.**

A metodologia garante rigor científico. As escolas e os professores são selecionados aleatoriamente seguindo uma metodologia científica robusta para tornar o inquérito representativo das experiências dos professores de EFP em toda a Europa.

A participação é totalmente voluntária e confidencial, sendo todos os dados recolhidos anonimamente e utilizados estritamente para fins de investigação, a fim de proteger a privacidade individual.

O questionário foi submetido a um extenso processo de desenvolvimento, incluindo avaliação da traduzibilidade, testes cognitivos e testes-piloto, para garantir clareza, consistência e comparabilidade internacional.

Ao recolher dados tão detalhados e comparáveis, o EVTS visa moldar diretamente melhores políticas, tanto a nível nacional como da UE. Estas informações garantirão que os professores do ensino e formação profissionais iniciais tenham acesso a um desenvolvimento profissional impactante, apoiando diretamente a visão da UE de uma força de trabalho docente de alta qualidade e aumentando a competitividade europeia.





Para além das políticas, as informações obtidas no inquérito serão partilhadas com as escolas participantes, oferecendo dados valiosos para melhorar os seus programas de desenvolvimento profissional para professores e as suas estratégias de ensino.

O trabalho de campo principal deste inquérito decorrerá entre outubro de 2025 e setembro de 2026, enquanto os primeiros resultados serão publicados em 2027. O inquérito foi adjudicado à Verian, uma agência de investigação que cumpre elevados padrões éticos. Os resultados serão posteriormente divulgados ao nível europeu e de cada estado membro.

A agenda europeia em matéria de competências e competitividade exige investimento nos profissionais que ministram formação profissional. Ao reforçar o apoio aos professores do EFP, reforçam-se as bases do futuro económico da Europa.

Para se lançar a este desafio, tanto no projeto piloto como depois no EVTS, o Cedefop formou um Grupo de Partes Interessadas, em estreita colaboração com o CSEE e com os empregadores europeus da educação.

Radiografia do setor

A crise global de professores teve um grande impacto no EFP. Entre outros fatores, contribuíram para essa escassez dramática a precariedade, questões salariais e de condições de carreira; o esgotamento dos professores - com um bem-estar em risco; uma profissão com pouca atratividade para os jovens - em que muitos daqueles que se tornam professores de EFP o ensino não foi a sua primeira escolha de carreira; ou o facto de os jovens professores serem mais propensos a procurar outro emprego.

Deste modo, persistem muitos desafios no setor, assim como uma base sólida de dados com que se trabalhar: uma fraca ligação às carreiras; falta de financiamento; conflitos com os horários de trabalho dos professores; barreiras ao acesso: professores não são envolvidos na conceção conjunta do seu desenvolvimento profissional contínuo; um envolvimento limitado nas políticas educativas; uma análise insuficiente das necessidades; ou uma validação limitada da aprendizagem prévia no local de trabalho/informal.

Outros desafios são uns requisitos de entrada rígidos; um modelo híbrido emergente de professores/formadores, ainda não formalizado na maioria dos países ou uma falta de avaliação do impacto, com uma ausência de avaliação sistemática da eficácia da formação.

Dados do Cedefop apontam que 60% dos professores de EFP não estão satisfeitos com o seu trabalho, apenas 17,7% dos professores na UE consideram que a sua profissão é valorizada pela sociedade e que os professores de EFP ganham, em média, 8% menos do que os professores do ensino geral, o que contribui para a insatisfação e a desmotivação na profissão.

Consulte o EVTS para obter mais informações em:

<https://www.cedefop.europa.eu/en/projects/vocational-teacher-survey>

Como melhorar a saúde mental dos Professores

A saúde mental dos professores é uma questão cada vez mais urgente no cenário educacional. Pressões constantes, excesso de trabalho, falta de reconhecimento, indisciplina na sala de aula e a sobrecarga emocional têm contribuído para altos níveis de stresse, ansiedade e esgotamento profissional (burnout). Por isso, é essencial pensar em estratégias que promovam o bem-estar psicológico dos educadores.

1. Valorização e reconhecimento profissional

Sentir-se valorizado é um fator chave para o equilíbrio emocional. Governos, escolas e comunidades precisam reconhecer o trabalho do professor não apenas com remuneração justa, mas também com respeito, voz ativa nas decisões pedagógicas e ações que reforcem seu papel essencial na sociedade.

2. Redução da carga de trabalho

O excesso de tarefas fora da sala de aula — como correções, planeamento, burocracias e reuniões — contribui significativamente para o stresse docente. Reavaliar a carga horária e oferecer suporte administrativo pode aliviar essa pressão e permitir que o professor se concentre no seu papel central: ensinar.

3. Espaços de escuta e apoio emocional

Criar programas dentro das escolas que ofereçam acompanhamento psicológico, rodas de conversa, grupos de apoio e espaços de escuta ativa pode fazer uma grande diferença. Muitas vezes, o professor sofre em silêncio por não ter com quem dividir suas angústias.

4. Formação continuada sobre saúde mental

Capacitações que abordem temas como autocuidado, gestão do stresse, inteligência emocional e limites profissionais que ajudem o educador a lidar melhor com os desafios do quotidiano escolar e a reconhecer sinais de esgotamento em si mesmo e nos colegas.

5. Ambiente escolar saudável e colaborativo

Escolas com boa comunicação, liderança empática, clima colaborativo e respeito mútuo tendem a ter professores mais motivados e saudáveis. Fomentar a união entre colegas, promover atividades de integração e cultivar uma cultura de apoio mútuo são estratégias eficazes.

6. Incentivo ao autocuidado

O professor também precisa ser incentivado a cuidar de si. Atividades físicas, hobbies, descanso adequado e momentos de lazer devem ser vistos como parte da rotina e não como luxos. O equilíbrio entre vida profissional e pessoal é essencial para a saúde mental.

Conclusão

Cuidar da saúde mental dos professores não é um luxo, é uma necessidade urgente para garantir uma educação de qualidade. Professores saudáveis emocionalmente ensinam melhor, relacionam-se melhor com os alunos e permanecem mais tempo e com mais paixão na carreira. Investir no bem-estar do educador é investir no futuro de toda a sociedade.

5 Outubro 2025
Dia Mundial do Professor



obrigadoprofessor.pt

**Juntos pelos professores
Juntos pelo amanhã**



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale